

CAPÍTULO 2

MONARQUIAS BARROCAS, IGREJA PERSUASIVA E COLÔNIAS DECORADAS: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR ENTRE HISTÓRIA E ARTES EM SALA DE AULA

Data de aceite: 02/01/2025

Eduardo Mangolim Brandani da Silva

Christian Fausto Moraes dos Santos

RESUMO: O período conhecido tradicionalmente como Era Moderna usualmente diz respeito à Europa no período entre os séculos XVI e XVIII. Mudanças estruturais e institucionais ocorreram nesse período: Formação do Estado Moderno; A economia mercantilista; As reformas religiosas e a contrarreforma católica; Monarquias Nacionais; A invasão às Américas e o colonialismo. A partir da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), todos esses conteúdos são tratados em sala de aula na disciplina de História entre o segundo fundamental e o ensino médio. Existem outros conteúdos envolvendo o processo histórico que ficam ao encargo de outras disciplinas. No caso da disciplina de Artes essa condição fica em evidência quando os diferentes movimentos e estilos no tempo são tratados. No tratar da Era Moderna europeia, o movimento artístico abordado nas aulas de artes é o barroco. Enquanto disciplina teórico-prática, o ensino de Artes tem em sua ementa a necessidade

de tratar os elementos históricos e teóricos que dizem respeito à manifestação da arte no tempo. A problemática desse modelo se encontra no fato que os processos que se deram na Era Moderna não são interligados ao barroco nas aulas de história, estilo esse que carece de explicações profundas em relação aos porquês de sua existência. Tendo em mente os limites da individualidade de cada disciplina na ementa atual, o objetivo deste trabalho é o de propor relações interdisciplinares entre os conteúdos de artes e história. Especificamente a proposta se centra em debater como o barroco contém os anseios e demandas da Era Moderna europeia, assim como propor as razões semiológicas pelo qual esse modelo decorativo existiu. Por fim, o trabalho defende a interdisciplinaridade como um meio para se alcançar matérias transdisciplinares, onde as disciplinas podem ser enriquecidas quando combinadas.

PALAVRAS-CHAVE: Artes; Barroco; Educação; História; Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

O ensino de História no Brasil, seja nos anos primário ou médio, tem suas

diretrizes fundamentadas a partir da Base Curricular Nacional Comum (Brasil, 2018). A disciplina de História em sua ementa de formação primária e secundária tem propostas e intenções que variam de acordo com as designações e demandas de cada etapa formativa. As exposições se dão de acordo com a questão etária, sendo um processo sedimentar, onde os anos prévios são pensados como forma de dar sustentabilidade às etapas seguintes.

A formulação teórica da disciplina de história em sala de aula, dentro das proposições da BNCC, ainda se mantém elaborada a partir de bases tradicionais, onde a percepção quadripartite dos eventos no tempo ainda predomina no processo educacional entre a segunda metade do ensino fundamental e do médio (Brasil, 2018, p.398-418). Isso significa um ensino dividido ainda em História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Essa proposição fortemente eurocentrada, apesar da ampliação do conteúdo nas duas últimas décadas, se mantém muito presa à ideia dos grandes feitos e da dimensão política e econômica, legando renúncia, ou segundo plano, à interdisciplinaridade (Chesneaux, 1995, p.92-95).

Claramente esse modelo eurocêntrico sofreu alterações e incorporou outras temáticas, como o ensino de África, Ásia e das populações indígenas brasileiras a partir da sanção da Lei 10.639/2003. No entanto, ainda existem resistências em outros aspectos, como na dimensão de propostas interdisciplinares.

A proposta do ensino de história desde os anos básicos da educação se dá a partir da ideia de que o indivíduo necessita ter conhecimento de si, do local que vive, dos processos que lhe atravessam enquanto indivíduo e da dimensão que o mundo que habita é diverso e variado (Brasil, 2018, p.398-418). No entanto, conforme se dá o avanço da disciplina nos anos do segundo fundamental e do médio, a proposta se endereça em ampliar o conhecimento do aluno em relação à diversidade que compõe sua história em um longo prazo, assim como em relação ao fato de que isso significa pensar em diferenças. O princípio de alteridade é o grande fundamento dessa disciplina, isso é, o fato de que os diferentes grupos humanos possuem culturas próprias, que estão em intercâmbio, sendo caracterizadas a partir da diferença. Importa aí o destaque onde o professor tem o dever de prover ao aluno a compreensão da alteridade, de forma que essa seja normalizada, onde a diferença seja respeitada (Albuquerque Júnior, 2012, p.35-39).

Uma maneira pelo qual um período, ou cultura, pode ser melhor compreendido em meio ao imaginário dos alunos é justamente através da ampliação de detalhes que compõem essa dada realidade no tempo. O engessamento do modelo tradicional limita a incorporação de elementos ditos “transversais”, que na realidade são essenciais à compreensão histórica. São detalhes como o cotidiano alimentar, a compreensão da enfermidade e suas formas cura, as crenças que uma dada cultura possui, práticas simbólicas que se traduzem em materialidade ou imaterialidade, e diversos outros traços que são essenciais para o processo imaginativo do estudante (Conde, 2012, p.1-5).

A transversalidade falha em muitos momentos devido a ausência de certos conteúdos no processo de ensino. No entanto existem casos onde conteúdos são aplicados em outras disciplinas, porém não existem ligações com as aulas de história. A história da arte entra justamente nessa dimensão. De acordo com a BNCC, o ensino dos elementos imaginativos e expressivos para o aluno, seja na dimensão plástico-visual, ou em relação às composições cênicas, como a dança, teatro e música, estão sob o encargo da disciplina de Artes (Brasil, 2018, p.193-199). No entanto, a partir do sexto ano do ensino fundamental, elementos que compõem aspectos sociais e históricos do mundo das artes passam a ser introduzidos, de forma que tanto a disciplina de Artes quanto de História possuem responsabilidade com relação à fundamentação do processo histórico das artes. O usual é que esse conteúdo seja ministrado pelo professor de artes, já que, como foi exposto, a disciplina de história se centra em outras categorias de aspectos no tempo.

Pela divisão dos anos na BNCC, fica evidente que o conteúdo de história da arte acompanha os conteúdos abordados pela disciplina de história. A grande problemática se dá em relação às associações, isso é, em relação à falta de transversalidade entre os dois temas (Conde, 2012, p.1-5). Toda cultura produz elementos simbólicos que são estruturados a partir de aspectos e traços do seu contexto. Esses elementos podem se traduzir em aspectos materiais e imateriais que são elaborados enquanto arte, ou que foram conceituados como arte em contextos póstumos ao fenômeno (Panofsky, 1989, p.23-25).

Enquanto campo humanístico, a história da arte entende que os meios pelo qual a espécie humana produz seus elementos, são mídias pelo qual a arte possa vir a se manifestar. Isso não significa dizer que toda manifestação é pensada em seu contexto como uma forma artística. A ideia é que as formas de produção possuem uma dada estética, ou estilo, que se conjuga e reproduz pelo grupo em um dado espaço de tempo. Dessa maneira, mesmo que isso se dê a partir de um movimento posterior temporalmente, é possível categorizar e delimitar formas de expressão artística (Caramella, 1998, p.15-19).

O estilo e estética de um dado tempo nunca estão isolados de outras categorias que compõem o grupo e o indivíduo do qual são provenientes. Aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos, sempre envolvem o resultado no qual um produto assume. Um produto que envolve arte sempre está atravessado à aceitação pelo grupo, e ao interesse dos grupos de alta hierarquia. Quando um dado produto foge à essas proposições, ele não deixa de assumir sua posição enquanto arte, afinal ele está em diálogo com as categorias de seu tempo. O que acontece em muitos cenários é a marginalização dessa manifestação. Isso significa que a arte também está atravessada pelas imposições que o poder assume no processo histórico, já que esse dita símbolos e significados, propondo desde aceitação até interdições (Bourdieu, 1989, p.10-13).

A estética, o estilo, as formas e os símbolos, são todos permeados por significados para o grupo. Compreender os elementos de arte de um dado contexto permite trazer

à superfície detalhes essenciais dos processos que o constituem. As evidências dessa relação destacam a necessidade de se relacionar em sala de aula os temas tradicionais apresentados nas aulas de história, com aqueles expostos por outras disciplinas, como as artes.

Diferentes periodizações poderiam ter sido escolhidas para a realização desse debate. No entanto esse breve ensaio visa explorar um dos movimentos artísticos de maior duração na Europa, que nasceu em meio a um contexto de crises e mudanças que surgiram em diferentes frentes, indo desde à afirmação da reforma protestante, aos esforços pela fundação do Estado Moderno, até à ampliação do mundo permitida pelo colonialismo: Trata-se do barroco.

Levantar a relação do barroco com as questões do poder político, econômico e religioso entre os séculos XVI e XVIII, significa compreender não apenas a expressão estética europeia nesse contexto. Para além dessa categoria, importa situar os usos que o barroco teve em seu tempo como manifestação do poder. Essa proposta interdisciplinar visa permitir ao aluno vias imaginativas mais detalhadas dos contextos históricos estudados. Para isso, em um primeiro momento esse trabalho visa elencar as principais questões abordadas em sala de aula em relação à História Moderna, especificamente em relação à Europa, e os desdobramentos disso no mundo colonizado, entre os séculos XVI e XVIII. Na próxima etapa a ideia é detalhar como o barroco surgiu, e o porque desse momento, quais foram suas utilidades e significações, de forma a expor a prática da interdisciplinaridade como tática formativa do processo educacional.

DA RENASCENÇA ÀS LUZES: UM BREVE PANORAMA DA EUROPA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVIII.

Nenhum período histórico é estático. Os diferentes grupos humanos no tempo, independente de qual regime de historicidade assumam, estão sempre em movimento (Hartog, 2013, p.20-23). Isso significa que mesmo que ideais passadistas predominem em uma realidade dada, o grupo se manterá manifestando atitudes que sustentem as condições, estruturas e traços que consideram como originário de um passado ideal. Quando se aborda o período conhecido como Idade Moderna, muitos autores constituíram uma imagética do período, onde as classes populares se mantiveram estáticas, de forma que as mudanças e inovações se deram apenas no âmbito de grupos de alta hierarquia. Isso fica bem aparente na obra “Uma Longa Idade Média”, do medievalista francês Jacques Le Goff, onde o autor considera que pouco se alterou na vivência popular entre os séculos XV e XVIII (Le Goff, 2008, p.69-71).

Certamente não é possível estabelecer mudanças bruscas no imaginário popular, ou no conjunto de valores de uma sociedade, a partir de datas específicas. Esses processos são lentos, dependendo de mudanças e permanências, a não ser em casos

de crises desintegradoras. Isso significa que certamente a data 1452, que delimita a queda de Constantinopla e o começo da Idade Moderna, não se abrirá com indivíduos de pensamento inédito sem conexão com bases sedimentadas anteriores (Herrin, 2009, p.52-55). Certamente os indivíduos da Idade Moderna mantiveram traços medievais por longo tempo, que perduraram até o contemporâneo, no entanto com diversas alterações. A passagem do tempo interfere diretamente no cotidiano.

Existem resistências estruturais e institucionais que perduram, no entanto, inovações técnicas e tecnológicas, novos regimes de poder, novas informações sobre a natureza e o mundo, são exemplos de processos que impactam tanto grupos de alta quanto de baixa hierarquia. Le Goff não estava enganado em propor que entre 1452 e 1800, a população europeia se manteve em sua ampla maioria agrária, sob o regime de senhores locais, onde a segurança era oferecida mediante o pagamento de impostos e da realização de serviços (Le Goff, 2008, p.75-79). O que se alterou em grande medida foi a organização do poder do dignitário, e a maneira como esse poder foi exercido sobre a população, de forma que novas demandas surgiram, assim como novos comportamentos se organizaram a partir da introdução de inovações no cotidiano dos indivíduos.

Com a proposta de se debater o período onde o barroco se manifestou, há a necessidade primária de se abordar os grandes processos do século XVI. Muito se aborda em sala de aula que a Idade Moderna é marcada em seus primórdios pela formação de coroas absolutistas, e pela presença de diferentes insurgências religiosas que degradavam a igreja católica em sentido do surgimento de novas correntes cristãs, isso é, as reformas protestantes. Ambos os processos alteraram a organização, e logística, do poder no interior da Europa, de forma que a igreja perdeu parte da força regional que possuía, assim como perdeu espaço e territórios para as novas correntes cristãs.

Pensando no processo de formação das monarquias absolutistas cabem alguns apontamentos. O primeiro aspecto, que interessa inclusive ser esmiuçado em sala de aula, é que essa forma de poder foi resultado do processo de formação do Estado Moderno. No decorrer da Idade Média a figura do soberano nunca desapareceu. No entanto, devido a dificuldades logísticas, o poder se manteve fracionado a nível regional, de forma que o soberano confiava a gestão de diferentes espaços seus à uma série de suseranos. A partir do século XII, a figura do soberano passou a afirmar seus interesses de forma a centralizar os processos e controle regional sob sua tutela. No ensino tradicional, a ideia é de que o rei, ou soberano, absoluto tinha todo o poder e controle sob a palma de sua mão, exercendo suas práticas enquanto um déspota onde toda a hierarquia lhe obedecia (Henshall, 1992, p.4-13).

Esse tipo de elaboração é simplista e se reproduz enquanto um mito. Certamente entre o século XV e XVI, diferentes monarquias nacionais buscaram centralizar o poder sob a gestão do rei. No entanto isso não se deu através de um processo despótico onde o rei solapou suas dependências com a nobreza. O processo seguiu a trilha oposta, onde

o rei ofereceu uma série de patrocínios e benefícios para a nobreza e burguesia de forma a consolidar um regime de equilíbrio. Aqueles abaixo do rei exerciam suas demandas, no entanto isso em troca de benefícios. Portanto o retrato do absolutismo, enquanto sistema de um despotismo de poder concentrado, carece do fato que esse poder dependia de uma série de favores e trocas que davam possibilidade a sua existência (Koenigsberger, 1996, p.29-33).

A reunião do poder sob a figura do rei, entendida a partir da dimensão da necessidade dos favores e trocas, fez com que uma série de mudanças fossem institucionalizadas em relação à organização do poder. O estado feudal deu lugar à construção do Estado Moderno. Essa configuração do poder se organizou a partir da dimensão da centralização do poder, onde fronteiras nacionais foram afirmadas, de forma que o poder soberano organizou na sua esfera a dimensão tributária e fiscal, assim como a organização de uma ampla burocracia estatal, que ia desde o policiamento, organização das questões legais e a formação de exércitos nacionais. Conforme as populações aumentaram e as sociedades europeias, rural e urbana, se tornaram cada vez mais complexas, maiores foram os intentos dessa nova organização de estado em sentido de vigiar, organizar e ordenar essa sociedade (Dülmen, 1984, p.310-330). Pode-se propor que a dimensão legal, fiscal, tributária e militar assumiu forte controle por parte da esfera soberana.

Em relação à fé, a crise foi profunda e atingiu mais diretamente o imaginário, o comportamento e o pensamento das massas populares. Com o advento do renascimento e do humanismo no século XV na Itália, uma série de ideias circularam em torno da dimensão de valorização da figura humana e do indivíduo. Em diferentes regiões havia um incômodo no interior do sacerdócio católico, onde diferentes clérigos notificaram o distanciamento da igreja em relação ao indivíduo. O templo antes de lugar de comunhão, aparecia agora enquanto espaço distante. Não é possível situar que os luxos da igreja e sua desatenção pelas massas tenha sido suficiente para a eclosão da reforma. Uma série de angústias de longo tempo, desde a comunhão do pecado, enquanto rasgo no tecido social, até a sensação de abandono por parte do baixo clero em relação à Roma, foram canalizadas por figuras específicas que buscavam resoluções para esse mal estar (Delumeau, 1989, p.59-68).

Diferentes figuras contestaram os rumos que a igreja de cristo seguia. Zwinglio, Lutero e Calvin, cada um deles, buscou elementos no evangelho, especificamente na bíblia, para aproximar as massas da fé (Delumeau, 1989, p.62-66). Lutero propunha que não eram os homens que poderiam guiar as massas, mas sim a bíblia. A igreja deveria ser um meio facilitador de compreender e interpretar o evangelho, e não um espaço de venda de indulgências ou de promessas vazias. Os fieis se salvavam ao se conectar com a palavra. Não havia figura humana que lhe pudesse garantir salvação (Collinson, 2006, p.67-75).

Calvino teve relevada repercussão principalmente pelo local em que atuou. Tendo se fixado na Suíça, espaço que no século XVI era constituído por uma série de cidades de governanças locais onde nobres detinham o poder, o teólogo de origem francesa encontrou terreno fértil para suas ideias. O território hoje conhecido enquanto Suíça, não possuía um soberano. As cidades com suas lideranças aristocráticas, tinham uma forte base artesã, sendo uma região de produção fabril. A burguesia nesse espaço tinha amplas liberdades, já que elas faziam parte do governo citadino. As teses de Calvino sobre o individualismo e a predestinação foram abraçadas. Se deus era onipotente e onipresente, o destino de qualquer indivíduo já era conhecido, e determinado, por essa entidade. Ao indivíduo cabia conhecer a palavra, através da bíblia, e exercer boa conduta, devido ao fato que essa seria a marca de um destino positivo predefinido. A individualidade do pecado atraiu as massas e os dignitários nessa região, de forma que a predestinação poderia ser enxergada a partir de boa conduta e do bom exercício do trabalho (Marshall, 2018, p.28-33).

A novidade religiosa da reforma teve seu sucesso dependente de recepção política para isso. Sendo um movimento que teve maior destaque no mundo germânico, nota-se que sua aceitação teve amparo em principados e cidades independentes regidas por aristocratas. Essa sinalização se apresentava como ameaça ao poder da igreja católica e dos soberanos que regiam o Sacro Império Romano-Germânico. Se a reforma se apresentou como um movimento de mudança, a igreja, aliada aos soberanos católicos, buscou a promoção da restauração de seu poder e de sua influência. Surgiu aí o movimento da contrarreforma (Delumeau, 1989, p.161-172).

As novas vertentes cristãs e a formação dos estados modernos levaram a processos inéditos no espaço europeu. Os Estados estavam em guerra entre si, de forma que as massas lutam a partir de fronteiras definidas, sob o manto de seu soberano e estado. As guerras religiosas, que levaram ao processo complexo da Guerra dos trinta anos, foram conflitos de natureza político-religiosa, que afirmaram a presença de uma nova forma estatal na Europa, além de terem firmado a presença de novas tradições religiosas cristãs, a partir da paz de Westfália (Delumeau, 1989, p.235-238).

Tais dinâmicas exerceram pressões sobre as massas populares que não se traduziam necessariamente em novos ritmos de trabalho, ou alterações profundas do cotidiano, principalmente de ordem rural. O Estado Moderno afetou mais as questões de imposições de cima para baixo, os aspectos dos direitos e a dimensão de estar agrupado em uma dada fronteira sob organização central, criando elementos que tenderiam à nacionalidade no futuro. Enquanto isso a reforma abriu novos horizontes de pertença e de significação do religioso, o que essencialmente trouxe novas formas simbólicas e significativas em relação à ontologia desses grupos.

Não bastasse os aspectos do poder, do direito e da percepção de mundo (que passava pelo crivo religioso), outra transformação que incidiu diretamente sobre o imaginário europeu foi o processo de descoberta e invasão das américas, que deu espaço

ao colonialismo e mercantilismo. A chegada dos espanhóis na América, e sucessivamente a invasão e conquista desse espaço, levou a uma crise no imaginário europeu, onde o mundo se expandiu. Esse novo fato confirmou as suspeitas de alguns, enquanto surpreendeu os mais céticos. A ampliação do mundo, fato por si só surpreendente, levou inúmeros artigos, de diversas naturezas, para a Europa.

Informações sobre animais, vegetações, o clima e outros povos, circularam de tal maneira que a compreensão medieval necessitou de atualizações. O velho mundo estava agora alargado (Marks, 2007, p.112-117).

A consolidação dos Estados Modernos, as sucessivas guerras político-religiosas e a exploração de territórios americanos, africanos e asiáticos, levou ao acirramento de disputas no século XVII, que já tinham se iniciado no século XVI, entre os soberanos e seus estados. As rivalidades entre diferentes cortes tornaram-se evidentes, de forma que a disputa por riquezas, prestígio e poder estava no centro dos embates. A competitividade aparente se entrelaçou com o pré-capitalismo, no caso o mercantilismo, e o próprio conjunto de valores da realeza soberana da Idade Moderna. Essas rivalidades e disputas apenas se intensificaram nos séculos seguintes, de forma que se acelerou o ritmo e frequências dos conflitos.

Os estados modernos organizados a partir de fronteiras delimitadas, com um soberano de poder centralizado, que tinha o direito divino como sua justificativa de existência, viriam a sofrer mudanças em longo prazo a partir da revolução francesa, com a declaração dos direitos do homem e do cidadão (Castro, 2007, p.247-254). Isso significou um aprofundamento dos resultados iniciais do Estado Moderno, onde o Estado-Nacional tomaria corpo, de forma que a identidade nacional seria uma nova categoria que estaria entranhada no tecido social, desencadeando um novo imaginário popular que teria um conjunto de valores inéditos, esses relacionados à dimensão política e ao poder.

Tratar os aspectos que vão desde a fundação dos Estados Modernos até o surgimento do iluminismo não se deu ao acaso. O período que se estendeu entre a segunda metade do século XVI, até as primeiras décadas do século XVIII na Europa (especificamente entre 1580 e 1720), ficou conhecido como a época de manifestação do barroco. A presença do barroco nesse longo período de um século e meio condiz com uma série de anseios, expectativas e demandas de diferentes instituições, instâncias e indivíduos. Trazer o barroco para as aulas de história, ou o contexto histórico, em sua dimensão sociocultural, para as aulas de artes, permite, como será proposto, um movimento de aprofundamento duplo. Por um lado, se comprehende detalhe do contexto histórico, enquanto que por outro se entende o porquê de uma dada manifestação estética existir, ou surgir, e um dado tempo.

O EXAGERO DOS SOBERANOS, A PERSUASÃO CATÓLICA E A COLONIZAÇÃO DOS SÍMBOLOS: O BARROCO.

A origem do barroco pode ser delimitada como sendo no final do século XVI. Esse movimento estético foi tratado por longo tempo enquanto um modelo que negava, ou perverteu, os valores clássicos trazidos pelo renascimento. Essa linha de raciocínio se estruturou a partir do fato que o barroco trazia elementos curvos e exageros em sua composição decorativa. No entanto, o barroco se apropriou dos elementos clássicos e os tangenciou de acordo com os interesses e demandas do período. O barroco teve serventia enquanto simbolismo do poder. Seja na esfera religiosa ou política, esse estilo emanava persuasão e imposição (Toledo, 1983, p.95).

Os primeiros sinais do barroco foram manifestados em meio à arquitetura religiosa católica. O primeiro exemplar desse movimento é situado como sendo a igreja de *Gesú*, que foi construída em Roma em 1586 (Gombrich, 1999, p.436-445). A linearidade e o uso de geometria, traços ricos do renascimento, e do humanismo, davam espaço à dramaticidade e ao pictórico (Toledo, 1983, p.96-98). Para a igreja católica importava a manifestação de elementos de atração. A persuasão era a grande busca da igreja nesse período onde movimentos religiosos se alastravam e disputavam a adesão e o imaginário das massas populares.

Abordar o barroco é pensar um movimento de cerca de 150 anos. Esse estilo se infiltrou em meio à arquitetura, em relação aos elementos ionosféricos e na mesma medida teve impacto em aspectos de urbanismo, alterando a estrutura das cidades. Para além desses dados é preciso desestimular qualquer perspectiva que considere esse estilo enquanto estático, já que nessa longa duração uma série de manifestações foram concretizadas. Por fim vale mencionar que apesar do barroco possuir elementos inconfundíveis que lhe define, os espaços em que o incorporaram, deram luz à regionalismos (Pereira, 2005, p.156).

Nesse breve texto não há o interesse de se tratar cada um desses aspectos. A proposta se centra em pensar a relação de longo prazo entre os usos do barroco e a esfera do poder. O primeiro aspecto evoca a dimensão religiosa. O barroco essencialmente foi definido, em tempos póstumos, como a arte da contrarreforma. O amplo uso do pictórico, da dramaticidade e do decorativo, a partir do exagero de detalhes, visava a definição de um templo que assumia contornos palacianos. Esse novo espaço de luxo estaria a serviço do povo. A igreja compartilhava suas maravilhas com as massas (Gombrich, 1999, p.365).

Há de se propor que o templo seria uma espécie de pedaço do paraíso. A sensualidade das formas gerava uma espécie de admiração e surpresa. As formas em ritmo ao lado dos ritos garantiam teatralidade ao templo. A ideia era que a audiência fosse participativa estando convocada (Blunt, 1988, p.27). A persuasão religiosa presumia que as massas pudessem ser cooptadas, e mantidas, através do encantamento dos sentidos. Se a igreja estava travando conflitos militares intensos, ela por outro lado entregava o triunfo

aos seus seguidores (Gympel, 2001, p.53). A marca do triunfal e do exagero, em busca de entorpecer os sentidos dos fieis, esteve presente na manifestação artística barroca em todos os locais. No entanto, reflete-se aqui que se deu com maior e menor grau de acordo com certos aspectos regionais.

O barroco surgiu em meio a uma crise de poder no interior da Europa. Enquanto estética que apareceu em meio a aflição, o barroco necessitava dialogar com referenciais já conhecidos, o renascimento, mas deveria propor saídas para a crise, onde seus exageros triunfais apareceram como forma de cooptação dos indivíduos. Em meio ao ensino de História Moderna europeia, o professor historiador tem a possibilidade de explicitar elementos simbólicos produzidos no período que não eram coadjuvantes, mas sim o centro dos embates da época. A produção do barroco foi uma resposta à perda de autoridade e protagonismo da igreja católica (Toledo, 1983, p.95).

O surgimento dos traços barrocos, devido à dimensão da triunfalidade, não estiveram restritos apenas à esfera do sagrado. Em um tempo de Estados Modernos em emergência onde soberanos com grande reunião de poder centralizado, que estavam no centro de governança, as aparências e status tinham posição visceral nas relações cortesãs. Cada Monarquia nacional tinha interesse em fazer valer sua autoridade. As antigas estruturas palacianas visavam dar conta das burocracias e demandas essenciais da realeza. O palácio barroco ia além do papel utilitário, garantindo a elaboração de luxo, conforto e amplitude (Argan, 2004, p.71).

A competitividade da monumentalidade das edificações burocráticas e da realeza evidencia uma disputa por status. Cada rei queria para si o palácio mais luxuoso, a catedral mais enriquecida e a capital mais monumental (Argan, 2004, p.71-86). Os regionalismos e personalismos ficam bem evidentes quando as estruturas palacianas são justapostas em sentido de comparação, sendo esse um aspecto de interessante menção aos alunos, apesar de não ser o foco expositivo aqui.

Talvez o aspecto mais evidente das marcas do barroco no imaginário político, se encontra nas alterações urbanas realizadas no século XVII em meio às grandes cidades europeias. Sendo o rei a figura central do estado, o local onde residia deveria refletir sua imagem e simbolismo. A cidade sede do governo se tornara uma cidade-capital. O centro de decisões deveria seguir a pompa e busca de status do soberano. Isso significou uma série de reformas que idealizavam triunfalidade e monumentalidade. Edificações palacianas se proliferaram, praças amplas com monumentos foram construídas, ruas foram alargadas para a passagem de carruagens e os símbolos do poder monárquico se disseminaram como reforço, e imposição, da figura do rei (Baeta, 2017, p.42-48).

O potencial desse tipo de exposição em sala de aula se dá em sentido de tornar factível aos alunos compreender a natureza do poder soberano entre os séculos XVI e XVIII. Tal qual o rei é o centro do poder, financiando os interesses de sua corte que lhe

permite sustentação, a capital é o centro do estado, que gerencia suas funções e guia seus percursos, propondo direcionamentos do centro à periferia (Argan, 2004, p.71-86).

A persuasão do barroco religioso foi incorporada de forma simbólica nas diferentes manifestações políticas. No entanto, esses elementos sedutores se entrelaçam às formas impositivas e intimidadoras. O palácio não apenas induz o observador a se estontear, essa edificação também impunha as pressões da ordem e do poder, gerando uma atmosfera de intimidação sobre as massas (Argan, 2004, p.84-86). Se a persuasão e a intimidação são marcas das construções civis burocráticas da sociedade do barroco, reforça-se mais uma vez a questão do luxo. A competitividade entre os Estados Modernos europeus se tornara uma marca prevalente a partir do século XVI. Em meio a um clima mercantil, onde o acúmulo de riquezas era sinal de poder, o exagero decorativo era um sinal de status e poder da coroa.

Um último entrelaçamento que pode ser realizado em relação às disciplinas de História e da Artes nas salas de aula do segundo fundamental ao ensino médio é o processo de colonialismo nas Américas e a manifestação do barroco nesses espaços. Primeiramente é relevante propor que o processo de invasão e colonização da América por parte de Portugal e Espanha se deu em um período transitório de diferentes frentes. Os Estados Modernos estavam se organizando, o renascimento dava sinais de esgotamento, as reformas entravam em cena e as monarquias nacionais tinham seus poderes reunidos.

No caso de Portugal e Espanha, suas monarquias nacionais tinham conseguido promover um grau de organização de seus estados mais aprofundado, isso devido ao processo das guerras de reconquista realizada contra os mouros na península ibérica. Quando se deu o processo de invasão e conquista das Américas, ambos estados buscaram consolidar suas presenças e domínio sobre essas regiões (Marks, 2007, p.112-117).

O barroco não possuía existência nesse período. No entanto, a manifestação de estéticas europeias sobre o espaço americano foi algo concreto desde o princípio, apesar de que essas manifestações tinham conotações bem simplificadas. A partir da segunda metade do século XVI a dominação europeia sobre o continente americano se intensificou de tal maneira que a infraestrutura colonizatória ficou mais evidente. Uma série de vilarejos, e inicialmente pequenos redutos urbanos, foram elaborados de forma que edificações mais detalhadas tomaram forma.

Com o surgimento do barroco na Europa, a presença desse estilo chegou às Américas após um período de difusão pelo próprio continente europeu. Alguns exemplares arquitetônicos apareceram já na primeira metade do século XVII, no entanto a presença contundente desse estilo nesse espaço se deu a partir da segunda metade do século XVII, com ênfase no XVIII.

No caso do espaço colonial a manifestação barroca tinha um interesse similar à persuasão, todavia com contornos que tendiam à cooptação. Isso porque as populações autóctones possuíam um imaginário próprio, guiados por uma ontologia que nada tinha

de semelhança ou herança dos aspectos europeus. Portanto o barroco americano não pode ser pensado apenas como persuasivo, mas na mesma medida foi um movimento de dominação e conquista.

Não há um caminho sem incongruências para se traduzir o barroco americano. A violência esteve presente nos engenhos, fazendas, vilas e na dimensão do religioso. No entanto, é preciso situar movimentos onde a persuasão se fez valer em pé de igualdade com a dominação. Uma série de edificações religiosas barrocas americanas, com ênfase nas jesuíticas, propuseram um diálogo híbrido, onde traços autóctones foram incorporados à linguagem barroca. Esse aspecto demonstra uma proposta de tornar os aspectos da igreja como identificáveis aos nativos.

O processo de colonização das Américas é exposto em duas frentes aos alunos. Os alunos recebem informações sobre esse processo tanto no ensino da história global (que ainda tem concentração eurocêntrica), assim como nos conteúdos que envolvem história do Brasil. Em relação à disciplina de Artes, esse tipo de conteúdo se encontra em condição de ser trabalhado na ementa, no entanto é um tema relegado a segundo plano, ou é apresentado apenas como detalhe.

Esse tipo de procedimento ignora o fato que a presença barroca nas américas teve um sentido direto em delimitar o processo de conquista, demarcando a presença da soberania monárquica europeia nesse espaço, de forma que o maquinário colonial tomara corpo. A marca do barroco não pode ser pensada apenas como persuasiva nesse caso. Ela demonstra uma presença violenta, uma que buscou cooptar, controlar e apagar os símbolos autóctones. No entanto retorna-se aqui a dimensão do barroco jesuítico. Nesse caso não se pode pensar em formas que eximam esse grupo de diferentes práticas de violência. Porém são notáveis as medidas que buscaram uma atração a partir da tentativa de criar vias de identificação entre essas populações guaranis. Isso se deu pela incorporação de simbolismos, dados e sinais dessas culturas nativas.

Em relação à manifestação da estética barroca, o espaço americano é interessante na medida que os hibridismos deram uma caracterização única para os produtos desse movimento nesse continente. Isso é visível nas formas, nas cores e nos motivos elaborados nos diferentes elementos de arte. Esse tipo de movimento contextualiza o estudante sobre a disseminação do barroco, assim como permite a visualização da adaptação, e moldagem, de uma estética a partir da sua diversidade geográfica de implantação.

CONCLUSÃO

Os diálogos existentes entre as disciplinas de história e de artes no colégio, são fontes ricas para a construção de um raciocínio global. Isso é, um pensamento no qual diferentes aspectos do conhecimento são pensados como interdependentes e inter influenciáveis. No caso dessas duas disciplinas evidencia-se o fato que o processo histórico afeta as formas

artísticas que são elaboradas no decorrer do tempo, assim como as manifestações e estilos são evidências e sinais de questões e detalhes desse dado tempo.

Pode-se tratar de aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos que surgiram no decorrer da história de forma teórica através do material de apoio e das fontes documentais. No entanto, através da exposição de materialidade, certos elementos do poder, com seu cruzamento cultural e político, podem ser visualizados, criando-se uma composição imagética em meio ao imaginário estudantil.

Se o processo de composição imagética por si só é valoroso, importa determinar que o grande valor desse procedimento didático, em relação às artes e às narrativas históricas, está na possibilidade do fomento ao raciocínio cruzado, onde diferentes dados que compõem a realidade estão sempre relacionados. Outras disciplinas também passam por esse tipo de questão. A disciplina histórica possui permissividade de contatos com todas as disciplinas do pensamento, já que sua natureza conteudista busca elaborar a realidade, ou ao menos traços dela. Essa condição permite associações variadas que enriquecem a concepção de mundo em meio aos estudantes.

A escolha do barroco parte do princípio que diferentes resquícios deixados no tempo são tratados no ensino com baixa contextualização. Esse movimento é um desses dados, onde aborda-se a estética e as formas, propondo-se rumos semiológicos, mas que faltam embasamento contextual e significativo. A proposta desse material pode ir além de sua fundação. Trazendo a interdisciplinaridade como centro do debate, a ideia é que as diferentes matérias tendam a um processo de transdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís, MONTERO, Ana Maria. (Org.). **Qual o Valor da História Hoje?** 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 21-39.

ARGAN, G.C. **Imagen e Persuasão: Ensaios Sobre o Barroco.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BAETA, R.E. **A Cidade Barroca na Europa e na América Ibérica.** 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2017

BLUNT, A.; DOWNES, K. Flanders, England and Holland. In: BLUNT, A. (Org.). **Baroque and Rococo: Architecture and Decoration,** 1 ed. Ware: Wordsworth Editions, 1988, p.143-164.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** 1 ed. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1989.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – Ministério da Educação.** Brasília: MEC, 2018.

CARAMELLA, E. **História da Arte: Fundamentos Semióticos.** 1 ed. Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998.

- CASTRO, F.L. **História do Direito Geral e do Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.
- CHESNEAUX, R. **Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado? – Sobre a História e os Historiadores**. 1 ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- COLLINSONS, P. **A Reforma**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. CONDE, E.P. **TRANSVERSALIDADE E ENSINO: O QUE FALTA PARA SER REALIDADE?**
- Revista Pesquisas em Discurso Pedagógico**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 1-9, 2012. DELUMEAU, J. **Nascimento e Afirmação da Reforma**. 1 ed. São Paulo: Livraria Pioneira editora, 1989.
- DÜLMEN, R.V. **Los Inicios de Europa Moderna: 1550 – 1648**. 1 ed. Cidade do México: Siglo XXI, 1984.
- GOMBRICH, E.H. **La Historia Del Arte**. 11 ed. Cidade do México: Editorial Diana, 1999.
- GYMPEL, J. **História da Arquitectura: Da Antiguidade aos Nossos dias**. 1 ed. Colônia: Konemann, 2001.
- HARTOG, F. **Regimes de Historicidade – Presentismo e experiências do tempo**. 1 ed. São Paulo: Editora Autêntica, 2013.
- HENSHALL, N. **The Myth of Absolutism: Change & Continuity in Early Modern**. 1 ed. Londres: Pearson Education, 1992.
- HERRIN, J. **Bizancio: El Imperio que hizo posible la Europa Moderna**. 1 ed. Barcelona: Debate, 2009.
- KOENIGSBERGER, H.G. **História da Europa: El Mundo Moderno 1500 – 1789**. 1 ed. Barcelona: Editora Crítica, 1996.
- LE GOFF, J. **Uma Longa Idade Média**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MARKS, R. **Los Orígenes del Mundo Moderno: Una Nueva Visión**. 1 ed. Barcelona: Crítica, 2007.
- MARSHALL, P. **A Reforma Protestante: Uma Breve Introdução**. 1 ed. São Paulo: L&PM, 2018.
- PANOFSKY, E. **O Significado nas Artes Visuais**. 1 ed. Lisboa: Editorial, 1989. PEREIRA, J.F. **Arquitectura Barroca em Portugal**. 2 ed. Lisboa: Biblioteca Breve, 1992.
- TOLEDO, B.L. Capítulo 3 - Do Século XVI ao início do Século XIX: Maneirismo, Barroco e Rococó. In: ZANINI, W. (Org.). **História Geral da Arte no Brasil, Volume 1**, 1 ed. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, 1983, p. 88-298.